

Ministério da Educação

Governo abandona obras paradas e monta um esquema de 'escolas fake'

— Com aval do FNDE, controlado pelo ministro Ciro Nogueira, deputados 'vendem' aos seus eleitores a ideia de que conseguiram recursos para construir colégios e creches

.....
Breno Pires
André Shalders
Julia Affonso
BRASILIA

Apesar da falta de recursos para terminar 3,5 mil escolas em construção há anos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a construção de outras 2 mil unidades. Bom para mostrar no palanque de campanha, o projeto não tem recursos previstos no orçamento, o que deve aumentar o estoque de escolas não entregues pelo governo e esqueletos de obras inacabadas. Mesmo assim, os colégios já são anunciados por deputados e senadores aos seus eleitores.

O esquema de "escolas fake" tem como base o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), controlado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por meio de um apadrinhado. O fundo precisaria ter R\$ 5,9 bilhões para tocar todas as novas escolas contratadas. Com o orçamento atual, levaria 51 anos para isso. Ao priorizar obras novas em detrimento das iniciadas, o governo fere leis orçamentárias.

Controle
Sob influência de nomes do Centrão, FNDE concentra boa parte das verbas de investimento da educação

Em publicação em seu Instagram, o deputado Zé Mário (MDB-GO) diz aos seus seguidores que conseguiu R\$ 6,93 milhões para construir uma escola rural no interior do município de Morrinhos, em Goiás. "Recurso viabilizado junto ao FNDE", escreveu, com uma foto sua em que aparece sorridente. Na verdade, o governo liberou apenas R\$ 30 mil e não há previsão orçamentária de que o restante do valor sairá. "Eu não tenho como iniciar uma obra desse valor", disse o prefeito Joaquim Guilherme (PSDB). "Com esse pequeno empenho que foi feito aí?" Procurado, o prefeito Zé Mário alegou que a publicação foi erro de sua assessoria.

No Paraná, o prefeito do município de Ubatã, Fábio D'Alécio (Cidadania), recebeu auto-



Em Inhumas, Goiás, mato tomou conta da área onde começou a ser construída uma escola; obra parou

rização para construção de uma escola de R\$ 3,2 milhões. Até agora, foram empenhados, isto é, reservados, R\$ 5 mil. "Do ponto de vista global, realmente as contas parecem que não estão casando", afirmou o prefeito ao Estadão. "Dá a impressão de que é um compromisso só político e não técnico. A expectativa minha é a de que o convênio tenha começo, meio e fim. Agora, não tenho como avaliar se isso vai, de fato, acontecer."

Correligionário de Ciro Nogueira, o deputado Vicentinho Junior (Progressistas-TO) disse aos seus eleitores nas redes sociais que conseguiu R\$ 206 milhões para construção de 25 escolas, 12 creches e três quadras poliesportivas para 38 cidades do seu Estado. Deu inúmeras entrevistas sobre a suposta conquista. Os empenhos (reserva) que ele obteve, contudo, foram de R\$ 5,4 milhões. Valor equivalente a 2,6% do total. Com essa cifra, não é possível construir uma única escola. É mais uma promessa falsa. O volume de recursos ultrapassa tudo o que o FNDE tem para investir este ano de recursos próprios.

VALORES. Os números do FNDE expõem como funciona o esquema das "escolas fake". faltando oito meses para o fim do governo, foram liberados 3,8% dos recursos previstos para a construção das 2 mil escolas e

Para entender

● 'Pirâmide'

Numa espécie de "pirâmide orçamentária", a liberação do dinheiro para a construção de escolas e creches pelo País segue uma lógica de poucos ganhadores.

● Topo

Na parte de cima do esquema, o Palácio do Planalto, por meio do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e a cúpula do Congresso atuam como donos do dinheiro.

● Zona intermediária

Já os congressistas da base de apoio do governo federal obtêm promessas de repasses para seus redutos eleitorais, tendo seus nomes divulgados à exaustão nas redes sociais e blogs das cidades.

creches, sendo que 560 obras receberam apenas 1% dos valores empenhados.

Neste ano, o fundo tem R\$ 11,4 milhões de recursos próprios. Seriam necessários R\$ 5,9 bilhões para as 2 mil novas escolas que se comprometeu a fazer. Além disso, o governo precisaria de mais R\$ 1,7 bilhão para concluir as 3,5 mil obras em andamento no País.

Na última quinta-feira, o

● Base

Mais abaixo, os prefeitos, que vivem pressionados em seus municípios a entregar as obras, agarram-se às promessas de verba mesmo sem a existência de uma reserva orçamentária.

● Ponta

Por fim, na ponta dessa pirâmide, está a parcela que terá prejuízo certo: estudantes, pais e professores, iludidos com a ampliação prometida da rede pública de ensino.

● Promessa

Estão prometidas pelo menos 2 mil novas escolas, mas há 3,5 mil obras inacabadas. O FNDE dispõe, este ano, de R\$ 11,4 milhões de recursos próprios para investimentos, para concluir as novas escolas, seriam necessários R\$ 5,9 bi. E R\$ 1,7 bi para concluir as inacabadas.

presidente do FNDE, Marcelo Ponte, apadrinhado de Ciro Nogueira, disse na Comissão de Educação do Senado que a prioridade do órgão é terminar obras inacabadas. E omitiu os novos termos de compromisso. "A prioridade é executar obra inacabada?", perguntou o senador Randolfé Rodrigues (Rede-AP). "Obra inacabada", respondeu Pontes.

As prioridades para realiza-

ção de novos empreendimentos atendem a critérios políticos, com a necessidade de aprovação de Ciro Nogueira. Como o Estadão tem mostrado, o fluxo de verbas do FNDE prioriza redutos do partido do ministro, o Progressistas.

O advogado e professor Heleno Taveira Torres, titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, disse que essa previsão, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), está presente também na Constituição Federal. "Os empenhos picados, sem créditos orçamentários, fere a Lei 4.320. É algo muito grave."

A professora Éliada Graziaine Pinto, da FGV, afirmou que "alocar recursos sabidamente insuficientes para obras novas, quando há um saldo significativo de obras paralisadas, ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias". "É uma alocação gerencialmente irracional e fiscalmente irresponsável que apenas atende ao curto prazo eleitoral dos que desejam tão somente inaugurar placas", disse Éliada.

PASTORES. O esquema de distribuição a conta-gotas de recursos para novas obras soma-se a outros casos de captura da área da educação no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na gestão do então ministro Milton Ribeiro pastores circulavam com desenvoltura no MEC, intermediavam recursos e cobravam propina, como relataram prefeitos ao Estadão. As cobranças eram feitas até em ouro. Ribeiro deixou o cargo.

No FNDE, órgão que concentra boa parte das verbas de investimento da área, Ciro Nogueira exerce influência política. O presidente do fundo, Marcelo Ponte, foi seu assessor. Outro diretor do órgão, Garigham Amarante, chegou ao cargo apadrinhado pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Os dois patrocinaram licitação para compra de ônibus escolares com preços inflados. Após o Estadão revelar o risco de sobrepreço no leilão, o governo ajustou a cotação dos veículos. O certame está embargado pelo Tribunal de Contas da União. Procurado, o FNDE não quis comentar. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 6